

DEMOCRACIA E CRISE POLÍTICA NO CHILE DE ALLENDE

Gustavo Casasanta Firmino¹
gucasasanta@gmail.com

Transcorridos pouco mais de 40 anos do fim da experiência chilena de tentativa de transição ao socialismo encampada pelo governo da Unidade Popular (UP) no Chile, e que ficou conhecida como a “via chilena” de transição ao socialismo, seu legado, potencialidades e trágico desfecho ainda suscitam o debate político e intelectual. Nessa comunicação procuramos traçar um rápido panorama dos quase três anos de governo da UP, destacando alguns elementos, principalmente de ordem econômica e política, capazes de nos auxiliar a construir uma visão de conjunto minimamente satisfatória do período, para então avançamos uma leitura teórica sobre a natureza da crise política chilena e da relação entre Estado capitalista e democracia liberal.

A grande novidade da “via chilena” consistia na proposição de iniciar um processo de transição ao socialismo a partir da institucionalidade vigente, buscando superá-la. Seu início se deu com a vitória de Salvador Allende Gossens nas eleições presidenciais de 1970, por uma escassa margem de vantagem. Autodeclarado marxista, Allende era senador pelo Partido Socialista (PS) e figura histórica ligada àquela organização. Concorreu contra Randomiro Tomic da ala esquerda do Partido Democrata-Cristão (PDC) e o ex-presidente Jorge

¹ Atualmente é discente do programa de Doutorado em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Alessandri (1958-1964) do direitista Partido Nacional (PN)². Embora contasse com pouco mais de uma década de vida, em termos eleitorais o PDC era o maior partido do país, tendo eleito o então presidente Eduardo Frei (1964-1970). Possuía uma base de apoio eleitoral extremamente ampla e procurou sempre consolidar-se como uma espécie de “terceira via” entre a direita conservadora e a esquerda marxista, mobilizando um forte apelo reformista.

O eixo da coalizão política que sustentou a candidatura de Allende era formado pelos partidos Comunista (PC) e Socialista, os dois mais antigos e representativos partidos da esquerda chilena em atividade. Contava também com o apoio do Partido Radical (PR), tradicional organização ligada às classes médias urbanas, de orientação laica e secularista; o Partido Social Democrata (PSD), também ligado às classes médias; a Ação Popular Independente (API), composta por elementos independentes para dar suporte à eleição de Allende; o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), formado por setores católicos de esquerda. Em julho de 1971, um racha à esquerda do PDC deu origem à Esquerda Cristã (IC), organização formada por religiosos ligados à Teologia da Libertação, lideranças juvenis e alguns congressistas democrata-cristãos, que passaram a integrar o governo. Contava ainda com o apoio tácito do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), organização formada em 1967 por ex-integrantes do PS que criticavam as práticas pacifistas e parlamentares do conjunto da esquerda chilena, defendendo a tese da inevitabilidade da luta armada. Embora não compusesse o governo, o MIR fornecia os membros da guarda pessoal de Allende. Sua relação de proximidade com o governo foi um tema ideológica e politicamente explorado à exaustão pela direita chilena.

Como seria de se supor, uma coalizão político-social tão ampla e heterogênea não ficaria imune a divergências e contradições políticas substanciais. Todavia, uma vez conquistado o Executivo político, caberia à UP dar início ao seu programa de transição ao socialismo a partir da institucionalidade liberal em um país economicamente dependente e num contexto geopolítico caracterizado pela prevalência de ditaduras militares patrocinadas pelos Estados Unidos em diversos países da região.

² Concorrendo à presidência em 1970 pela quarta vez, Allende obteve 36,22% dos sufrágios emitidos contra 34,9% de Alessandri e 27,1% de Tomic. A vantagem de Allende sobre Alessandri foi de pouco menos de 40 mil votos (Moniz Bandeira, 2008, p. 153).

Luta de classes e crise política sob a Unidade Popular: um breve panorama

Garantida a posse de Allende³, alguns dos principais pontos do programa do novo governo teriam de ter aplicação imediata. Assim, a UP deveria pôr ênfase no combate ao capital monopolista nacional e estrangeiro, bem como ao latifúndio. Para isso, buscava agregar não apenas o apoio de operários e camponeses, mas também dos setores progressistas das chamadas “camadas médias”, bem como dos pequenos e médios empresários (Unidad Popular, 2017a, p. 6). Ponto central do programa com o qual a UP foi eleita destacamos, no plano econômico, a proposta de formação da Área de Propriedade Social (APS), por meio da nacionalização de empresas privadas oligopolistas ligadas a setores estratégicos da economia⁴. Ademais, afirmava-se que as expropriações necessárias não prejudicariam o interesse do pequeno acionista e que a área de propriedade privada, além de continuar existindo, constituiria o setor concentrador do maior número de empresas, as quais seriam diretamente beneficiadas pela planificação geral da economia (idem, p. 10-1). Assim, a economia chilena estaria organizada em três setores: privado, misto (com aporte de capital público e privado), e a área estatal, formada pela APS (ibidem).

³ Pela Constituição, caso a candidatura presidencial vencedora não obtivesse maioria absoluta dos votos, o Congresso Pleno (Câmara de Deputados e Senado) detinha a prerrogativa de escolher entre um dos dois candidatos mais bem votados embora, historicamente, sempre tivesse referendado a primeira maioria relativa. O PN propôs ao PDC que seus parlamentares optassem por Alessandri, que se comprometia a renunciar, convocar novas eleições e apoiar um candidato democrata-cristão a presidência. Por sua vez, Allende advertira aos democratas-cristãos sobre o risco de uma guerra civil caso não tomasse posse. Ocorreram grandes manifestações populares pró-UP. Dividido, o PDC opta por exigir de Allende seu comprometimento com um “estatuto de garantias democráticas”, com o qual este se compromete, tomando posse em 3 de novembro de 1970.

⁴ Tais setores estariam integrados pela grande mineração de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral; o sistema financeiro do país, com destaque para os bancos privados e seguros; o comércio exterior; as grandes empresas e monopólios de distribuição; os monopólios industriais estratégicos; demais atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país, tais como a produção e distribuição de energia elétrica; o transporte ferroviário, aéreo e marítimo; as comunicações; a produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados, incluindo o gás líquido, a siderurgia, o cimento, a petroquímica e química pesada, a celulose e o papel (Unidad Popular, 2017a, p. 10).

De acordo com Sérgio Bitar, a influência da CEPAL e dos estudos latino-americanos sobre a dependência contribuíram para a elaboração do diagnóstico geral da economia feito pela UP: propriedade concentrada dos meios de produção, dependência externa nas atividades essenciais e distribuição desigual de renda (BITAR, 1980, p. 69-70). Logo, os principais enfoques que configuravam o programa econômico da UP teriam sido quatro: a) a ideia socialista de estatização dos meios de produção; b) os estudos sobre a dependência, por meio dos quais se deduzia a necessidade de nacionalizar as empresas estrangeiras, enfrentar as multinacionais e reduzir a influência financeira norte-americana; c) o pensamento da CEPAL referente a uma estratégia de desenvolvimento apoiada nos bens de consumo essenciais; d) uma orientação keynesiana que inspirou uma política fortemente distributiva e de reativação econômica (idem, p. 73).

Um acordo do governo com a Central Única dos Trabalhadores do Chile estabeleceu que para o ano de 1971, os trabalhadores do setor público teriam um forte reajuste de salários. Somente aqueles trabalhadores que ganhavam mais de 20 salários vitais mensais (espécie de “salário mínimo”) não teriam reajustes além da reposição salarial relativa às perdas com a alta do custo de vida no ano anterior. Por sua vez, quem recebia até um salário vital (cerca de 5% do total dos funcionários públicos) teria um aumento de 5%, após a compensação das perdas reais com a inflação de 1970, e aqueles que recebiam entre 1 e 2 salários vitais (32,5% do funcionalismo público), obteriam um aumento de 3%. Com a inflação de 1971 ficando bem abaixo da do ano de 1970, como já esperava o governo, todo o funcionalismo público, no seu conjunto, havia se beneficiado com as medidas. De resto, cabe assinalar que a discriminação relativa aos salários mais elevados, na prática, foi bastante débil (LEÓN & SERRA, 1976, p. 37).

Além do reajuste dos salários, as políticas de emprego e provisão direta de bens e serviços constituíam importantes instrumentos da política econômica do governo em relação aos estratos de renda mais baixos da população. Assim, as pensões mínimas do Serviço de Seguro Social aumentaram 70% em 1971; a atribuição familiar do referido seguro destinada a operários foi duplicada⁵; e o

⁵ Já as pensões superiores ao mínimo foram reajustadas em 47,8%, porcentagem quase um quinto acima da inflação de 1970, e muito superior à de 1971 (León & Serra, 1976, p. 47). De acordo com Altamirano, as pensões mínimas de aposentadoria, invalidez e viuvez cresceram aproximadamente 550% entre 1970 e 1972. Houve nivelamento dos “salários-família”, e trezentos mil aposentados tiveram suas rendas aumentadas desde um terço até um salário mínimo completo. Ademais, a previdência estendeu-se a 130 mil pequenos comerciantes, 200 mil

salário mínimo, urbano e rural, recebeu um aumento de quase dois terços (LEÓN & SERRA, 1976, p. 47). A possibilidade de combinação da elevação de renda dos extratos mais pobres da população (amplamente majoritários entre os desocupados) com o aumento da produção de bens e serviços deveria contribuir para a expansão do nível de emprego. Todavia, tal expansão não foi apenas resultado do crescimento da demanda agregada, como também do aumento do gasto fiscal com a criação de novos postos de trabalho no setor público⁶ (idem, p. 48-50).

De imediato se iniciou a nacionalização e estatização de empresas e bancos e a reforma agrária. Em 2 de dezembro de 1970, o governo anunciou a primeira expropriação, na indústria têxtil, a qual se seguiram outras em indústrias do ramo nos meses seguintes. Também passaram para o controle do Estado as companhias nacionais de carvão. Posteriormente, avançou-se sobre o setor mais rentável da economia chilena – a produção cuprífera – com a aprovação pela Câmara e Senado, de uma reforma constitucional decretando a nacionalização da grande mineração do cobre em julho de 1971, o que evidentemente contrariava o interesse de grandes corporações estadunidenses que há décadas operavam no país (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 260).

A nacionalização dos bancos progrediu igualmente a passos largos. Já no primeiro semestre de 1971, todos os bancos estrangeiros haviam sido adquiridos pelo Estado que, ao mesmo tempo, iniciou a compra de ações dos bancos privados nacionais, obtendo participação majoritária em 11 dos 23 bancos chilenos, com o que estabeleceu controle direto sobre cerca de 90% do total das aplicações. As grandes comercializadoras de bens de consumo e materiais de construção seriam adquiridas ainda no primeiro semestre de 1971, ao passo que se avançava no controle estatal sobre o comércio exterior, por meio das nacionalizações a pouco citadas, e da centralização de importações de alimentos e matérias-primas para as empresas que passavam à APS (BITAR, 1980, p. 95-6).

O estímulo inicial à participação dos trabalhadores nas empresas da APS foi perseguido por dois caminhos principais: a criação de órgãos setoriais,

feirantes, 30 mil pequenos industriais e artesãos, aos desportistas profissionais, atividades correlatas e transportadores (ALTAMIRANO, 1979, p. 46).

⁶ “Así es como un 35% de los nuevos empleos creados en 1971 – en relación al nivel de junio-septiembre de 1970 – tuvieron su origen en la expansión autónoma de las actividades del Sector Público, mientras que casi 40% de la diferencia entre el déficit público de 1971 y el correspondiente a 1970 se destinó directamente a crear nuevas ocupaciones” (LEÓN & SERRA, 1976, p. 50).

regionais ou nacionais, implantados diretamente pelo governo e o estabelecimento de normas de participação, resolvidas de comum acordo entre representantes dos trabalhadores e do governo nas fábricas, minas e estabelecimentos agrários⁷. Nas empresas privadas, os partidos da UP e a CUT incentivaram a criação de Comitês de Vigilância para prevenir irregularidades, uma vez que numerosas empresas suspenderam trabalhos de manutenção, reduziram a compra de peças de reposição e começaram a vender sem fatura para evitar o pagamento de impostos e aumentar sua liquidez (BITAR, 1980, p. 96-7). Entre os trabalhadores do setor privado ganhou força o intento de incluir as empresas nas quais trabalhavam na lista prioritária do governo para a constituição da APS, o que resultava numa forte pressão social liderada pelos sindicatos (BORGES, 2011, p. 34). A prioridade dada pelo governo às mudanças na forma de propriedade, somada a uma ampla mobilização popular conduziu as estatizações muito além do programado (BITAR, 1980, p. 97).

Outra evolução notável se deu no plano da reforma agrária, importante pilar do programa da UP. Somente no primeiro ano do governo Allende, expropriou-se um número de propriedades rurais equivalente às expropriações de todo o período do governo anterior (BITAR, 1980, p. 95). Cabe assinalar que o governo Frei (1964-1970) havia se destacado por ter iniciado um processo de reforma agrária de grandes proporções para um país como o Chile. Já em meados de 1972, o governo havia expropriado mais de três mil fazendas, concluindo em apenas dezoito meses, ao invés de seis anos, suas metas referentes à reforma agrária. Também no caso da reforma agrária, as mobilizações dos setores populares conduziram o governo além de suas metas e ajudam a explicar a rapidez do processo (WINN, 2010, p. 99-100).

Mesmo tendo em vista as dificuldades econômicas em âmbito nacional e internacional pelas quais passou a experiência chilena desde seus primeiros dias – depressão econômica, baixa do preço do cobre no mercado mundial, evasão de capitais e episódios de sabotagem da burguesia nacional, do imperialismo e dos grandes proprietários agrários – às quais se somavam dificuldades políticas:

⁷ “Para o primeiro caminho optou-se por decreto e procurou-se incorporar os trabalhadores à discussão das políticas a serem seguidas. Isto ocorreu no Conselho Nacional de Desenvolvimento, Conselhos Mineiros, Conselhos Camponeses, Conselhos Locais de Saúde, Juntas de Abastecimento e Preços. O segundo caminho se deu a partir das denominadas normas básicas de Participação elaboradas pela Comissão CUT-Governo. Os resultados foram mais promissores no segundo caso, pois aí a presença dos trabalhadores manifestou-se num nível mais específico e traduziu-se na solução de problemas concretos” (BITAR, 1980, p. 96-7).

minoría parlamentar em ambas as casas legislativas, um aparelho judicial e administrativo ligados à legalidade burguesa, em suma, uma estrutura institucional desfavorável, Castells assinalou que:

(...) las grandes líneas de la estrategia esbozada se cumplieron con un éxito rotundo (...) se golpeó en forma decisiva la propiedad privada de los medios de producción en todos los sectores y empresas clave. La oligarquía y el imperialismo fueron sacudidos en su base a *nivel económico* (...). En el primer período del Gobierno Popular, con una intervención conjunta de la política económica y la acción sindical se cubrieran plenamente los objetivos económicos fijados, aunque sólo parcialmente los políticos (1974, p. 158-9).

Os notáveis sucessos do governo na condução econômica e política de curto prazo, somados à desarticulação da oposição em seu conjunto, permitiriam à UP conquistar uma expressiva vitória nas eleições municipais de 4 de abril de 1971. Ao todo, os partidos da coalizão governista obtiveram 49,8% dos sufrágios, que somados à votação obtida pela União Socialista Popular (não integrante do governo), concedia ao conjunto da esquerda um apoio total de 50,86% do eleitorado. No interior da UP, o partido que obteve o maior crescimento eleitoral foi o PS. Já no campo opositor a maior derrotada foi a Democracia Cristã que continuava, todavia, a ser a maior força eleitoral do país. Também o PN teve sua votação reduzida (AGGIO, 1993, p. 117-8). No dia seguinte às eleições, o Comitê Político da UP lançava uma nota na qual, ao avaliar os resultados gerais, traçava o seguinte panorama:

Apreciando la elección del 4 de setiembre, la Unidad Popular sostuvo que la inmensa mayoría de los chilenos quiere cambios profundos, que conduzcan al socialismo. Ahora, este 4 de abril, el país acentuó inequívocamente su definición de izquierda. Interpretamos nuestra elevada votación de ayer como manifestación de respaldo al programa que nuestros partidos y movimientos se han comprometido a cumplir integralmente, como expresión de apoyo al Gobierno del Presidente Allende y como exteriorización de la confianza de la mayoría en la Unidad Popular (UNIDAD POPULAR, 2017b, p. 2).

É interessante notar que juntamente com o acréscimo do apoio eleitoral ao conjunto dos partidos de esquerda, os dois principais partidos possuidores de

uma imagem mais vinculada às classes médias – o PR (governista) e o PDC (oposicionista) – sofreram um decréscimo considerável⁸. É possível afirmar que parte das classes médias, que até então não votava nos partidos da esquerda, passou a apoiá-los eleitoralmente em 1971.

Apesar dos inegáveis sucessos obtidos pelo governo, já por volta do segundo semestre de 1971 o modelo econômico expansionista adotado apresentaria seus primeiros sinais de desgastes, assim como o aumento geral da mobilização popular (à direita e à esquerda) e uma forte politização do conjunto da sociedade chilena, precipitariam uma série de crises que se arrastaram, com momentos de maior ou menor intensidade, até a derrocada de Allende. Logo se desenvolve uma ampla ofensiva (econômica, política e ideológica) da burguesia chilena em seu conjunto e do imperialismo – que estavam na defensiva – e que se intensifica de forma decisiva a partir de finais de 1971 e início de 1972. Como reflexo, no âmbito da cena política, ocorre um esfriamento decisivo entre o PDC (principal representante das classes médias) e o governo.

O episódio do assassinato, em junho de 1971, de Edmundo Pérez Zujovic, ex-ministro do interior do governo Frei e importante figura ligada ao meio político democrata-cristão, num atentado atribuído a um grupo de extrema-esquerda⁹ – episódio amplamente explorado pela direita – serviu de pretexto para produzir um afastamento decisivo do PDC em relação ao governo. A partir de então, a ala mais conservadora da democracia cristã, denominada “freista”, recuperaria sua liderança no interior do partido para não mais perdê-la. Ficava claro que o assassinato de Zujovic veio a calhar politicamente à direita democrata-cristã, uma vez que fornecia elementos justificadores para realizar uma oposição decidida ao governo Allende, que por gozar de amplo apoio popular, avançava sobre sua própria base político-social. Começava então a se desenvolver de forma inequívoca uma unidade política entre as forças opositoras

⁸ A votação obtida pelo tradicional PR declinou de 16,45% nas eleições municipais de 1967 e 13,59% nas eleições parlamentares de 1969, para apenas 8,18% em 1971. Por sua vez, o PDC conquistou 26,21% dos sufrágios e, embora se mantivesse como a maior força eleitoral do Chile, amargava um declínio de 15,58% em relação a votação obtida nas eleições parlamentares de 1969 (31,05%) e de 28,13% em relação às eleições municipais de 1967 (36,47%) (In: AGGIO, 1993, p. 95; 118).

⁹ Havia indicações de que o episódio se tratou de uma operação promovida pela CIA, por meio da qual manipulou extremistas de esquerda com a intenção de atemorizar diversos setores sociais (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 279).

que passaram à ofensiva política¹⁰. Nas eleições municipais complementares ocorridas em várias províncias, a partir do mês de julho, a oposição unificada pôde imprimir algumas importantes derrotas à UP.

A partir de finais de novembro teve lugar na capital Santiago a primeira “Marcha das Painelas Vazias”, contando com a participação de mulheres bem vestidas provenientes dos bairros mais ricos da cidade, que batiam painelas vazias em protesto à escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O segundo painelazo contaria com o apoio de uma organização de caráter fascista denominada Pátria e Liberdade que, juntamente com brigadas de choque do PN e PDC, fizeram a “escolta” da marcha. Houve confronto com grupos de esquerda e forças de segurança pública; barricadas foram erguidas e declarou-se estado de sítio em Santiago. A tática de fazer uso político de manifestações femininas teve como molde as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, orquestradas pela CIA contra o governo de João Goulart no Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 287-94).

Embora o ano de 1971 não tenha sido isento de sobressaltos para o governo da UP, os resultados econômicos globais foram sem dúvida extremamente exitosos. Obteve-se um aumento de 14% da produção industrial e de 8,5% do PIB. A capacidade ociosa da indústria diminuiu de mais de 8% para cerca de 4% e a participação dos assalariados na renda nacional subiu de 53% para 61%. A inflação, que havia sido de 36% em 1970, fechou 1971 em 22% (GARCÉS, 1993, p. 134-5).

O principal problema econômico ao qual o governo Allende teria de fazer frente – a inflação – só iria se manifestar de maneira decisiva a partir de 1972. Por esse motivo, após ter atingido em janeiro daquele ano sua fase de maior bonança econômica, o amplo conjunto do setor assalariado chileno sofreria uma perda de poder aquisitivo irrecuperável, mesmo com os reajustes salariais posteriormente concedidos. Tal quadro afetou tanto os operários do

¹⁰ Segundo Marta Harnecker (1998, p. 35-6), apesar das diferenças estratégicas, a oposição (unificada) à Allende passou a compartilhar os mesmos objetivos táticos: 1. Dividir a UP, estimulando uma suposta linha demarcatória entre partidos “marxistas” e “democráticos”; 2. Campanha pela manutenção do controle dos meios de comunicação; 3. Defesa da propriedade privada, utilizando-se de métodos variados para fazer recuar a APS; 4. Criação (e estímulo, agregamos) de uma consciência anti-UP nas Forças Armadas, explorando por todos os meios possíveis as imagens de um país caótico, anárquico e com um governo totalitário; 5. Conquistar as camadas médias, apoiando os supervisores que boicotavam a produção nas minas de cobre, mobilizando os colégios profissionais, a Universidade, e o principal; 6. Perseguir, por meios diversos, o fracasso econômico do governo.

setor industrial produtivo (que constituíam parte fundamental da base política do governo), quanto os denominados ‘*empleados*’ (trabalhadores de “colarinho branco”) dos setores público e privado (LEÓN & SERRA, p. 39-42).

No setor privado, constituíam os gerentes, técnicos e supervisores das médias e grandes empresas manufatureiras, além dos chamados trabalhadores de escritório em geral. Nas indústrias que passaram à APS, muitos desses trabalhadores se veriam solapados pela coadministração operária, aferrando-se assim à sua identidade de classe média e à linha política democrata-cristã (WINN, 2010, p. 131). Era, contudo, no setor público que os *empleados* se concentravam em maior número. Estimou-se que no ano de 1970 havia 423.751 trabalhadores no setor público para uma população economicamente ativa de pouco mais de 2,6 milhões, algo em torno de 16,7% da força de trabalho total empregada (SÁNCHEZ, 1974, p. 57-9). Interessa notar que o grosso da burocracia estatal havia sido, no Chile, tradicionalmente recrutada dentre os assim chamados “setores médios” da sociedade (GARCÍA BARZELATTO & URZÚA VALENZUELA, 1971).

Uma série de boicotes e sabotagens promovidos por setores empresariais chilenos em comunhão com o grande capital estrangeiro¹¹ à economia do país, somados ao esgotamento da política de expansão econômica via Estado, fizeram com que o quadro econômico geral se deteriorasse vertiginosamente. De maneira concomitante, aumentavam os rumores de golpe e a oposição ao governo, tendo arrebatado para si largos setores das classes médias, ganhava as ruas¹². Às manifestações dos setores oposicionistas, seguiam-se grandes concentrações populares em defesa do governo.

¹¹ Durante o governo Allende, o Chile foi alvo de um enorme bloqueio financeiro internacional coordenado pelos Estados Unidos. Para se ter ideia da sua dimensão, basta mencionar que ao longo do governo Frei (1964-1970), a Agencia Internacional para o Desenvolvimento, o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial concederam ao Chile, em conjunto, algo em torno de US\$ 592,5 milhões em empréstimos e subvenções, enquanto durante o governo Allende foram liberados somente US\$ 11,6 milhões (concedidos pelo BID), de acordo com dados do Departamento de Estado dos EUA (In: Garcés, 1993, p. 100). A intenção era, de acordo com aquilo que o presidente Richard Nixon confidenciava aos seus assessores, “fazer a economia gritar”.

¹² É sintomático que em abril de 1972, um setor do PR abandone o partido para formar o PIR (Partido da Esquerda Radical), que depois de participar por um breve momento do governo, retira-se da UP. O motivo alegado foi a “marxistização” do governo, com a respectiva subestimação das “camadas médias” da população e de seus partidos; a consideração imperante na UP de que o protagonismo político estaria restrito ao proletariado e campesinato, de modo

Em meio a um persistente bloqueio institucional imposto pelo Parlamento ao governo, na intenção de paralisá-lo, ocorre em meados de julho de 1972 a “Assembleia do Povo de Concepción”. Formada por diversas organizações populares e estimulada por alguns partidos de esquerda, exigia a dissolução do Congresso Nacional e sua substituição por uma “Assembleia do Povo”, fazendo lembrar uma das exigências centrais do programa da UP e que foi rechaçada em 1971 pelo Parlamento. Ademais, exigia-se também a instauração de um “duplo poder” (opositor ao Estado burguês), o que obrigaria o governo a romper com a institucionalidade vigente. A iniciativa foi dura e publicamente criticada por Allende e pelo PC, explicitando as divergências existentes no seio da esquerda e do governo¹³ (AGGIO, 1993, p. 136).

No mês de outubro ocorre uma grande paralisação nacional, iniciada com uma greve geral dos transportadores à qual rapidamente se somaram diversos grêmios patronais e associações de profissionais e empresários. Como salienta Angell (1977, p. 284), os fundos oriundos do estrangeiro para sustentar a paralisação e a visceral ligação desse movimento com os maiores grupos econômicos do país, não devem fazer perder de vista o apoio que as organizações patronais lograram de muitos de seus membros e da classe média chilena. Na sua luta comum contra o governo e a UP, o movimento gremial de outubro pôde ultrapassar interesses corporativos e contraditórios existentes no seio do empresariado nacional, em razão de uma ampla articulação política conseguida a partir das próprias organizações patronais (AGGIO, 1993, p. 137).

Por outro lado, houve também uma redefinição das organizações populares (tanto as pré-existentes como as que vieram a ser criadas), que passaram a ser consideradas verdadeiros organismos de poder. Desde o início da paralisação patronal de outubro, pareceu claro aos setores populares organizados a intencionalidade política do movimento, mesmo que recoberto por demandas

que faltaria às camadas médias gravitação política própria (In: URZÚA VALENZUELA, 1992, p. 655-6).

¹³ De modo bastante resumido, pode-se afirmar que havia duas grandes linhas político-estratégicas no interior da UP. Uma delas procurava “consolidar para avançar”, ou seja, defendia a consolidação dos avanços obtidos pelo governo com a observância da legalidade constitucional (que poderia permitir novos avanços) antes de se continuar avançando. A outra procurava “avançar para consolidar”, acreditando que a institucionalidade estatal já havia sido tensionada até seu limite, e que só seria possível fazer frente aos setores golpistas avançando com a luta popular por cima da institucionalidade, caso fosse necessário. A primeira linha era defendida pelo PC, PR, setores minoritários do PS e Allende; a segunda era encampada pelo setor majoritário do PS, MAPU, IC e MIR.

gremiais (MORALES, 1983, p. 69). Criaram-se diversos Comandos Comunais que passaram a coordenar organizações diversas, até então desarticuladas. Todavia, foram os Cordões Industriais que exerceram acentuado protagonismo nas jornadas populares de outubro. Essas organizações caracterizavam-se pela articulação e coordenação de sindicatos de uma mesma zona territorial (superando assim a tradicional divisão sindical por ramos de produção), que assumiam a ocupação de indústrias paralisadas e a manutenção da produção, com o respectivo controle operário. Na prática, assim como os Comandos Comunais, tais organizações já existiam, mas passam a se destacar de forma acentuada a partir de outubro. Integraram uma rede de resistência à paralisação organizada pelo governo e por partidos de esquerda para desenvolver atividades de abastecimento e transporte. É difícil precisar o número de Cordões Industriais, devido a sua diversidade organizativa. Haviam se organizado em grande número em Santiago e Valparaíso, além de outras cidades (BORGES, 2011, p. 96-8).

Durante cerca de três semanas, grandes concentrações saíam às ruas em favor do governo, mobilizando como nunca suas principais palavras de ordem: *Allende, Allende, el pueblo te defiende* e *Crear, Crear, Poder popular*. Assim, o intento da direita de dar à greve de outubro uma feição popular fracassava¹⁴. Como ressalta Borges (2011, p. 107), embora seja correto que menções ao “poder popular” viessem sendo feitas pelo governo desde há muito tempo (a constituição do “poder popular” era uma exigência central do programa da UP), não havia uma definição clara do que este seria. A partir de outubro, o tema da constituição do

¹⁴ Curiosamente, houve apoio de setores sequer imaginados pela UP. Assim, por exemplo, há relatos de que muitos trabalhadores vinculados a sindicatos controlados pelo PDC ou pertencentes a esse partido, desobedecendo a orientação de seus representantes, se recusaram a paralisar a produção (BITAR, 1980, p. 189); (MORALES, 1983, p. 72); (BORGES, 2011, p. 96), em apoio à maioria dos operários que atenderam aos apelos da UP para continuarem produzindo, numa clara demonstração de identidade de classe. Segundo Altamirano (1979, p. 104), além dos operários, camponeses e populações marginalizadas da cidade e do campo, até mesmo setores denominados pelo autor de “pequeno-burgueses” constituídos por transportadores, professores, comerciantes, mulheres e pequenos agricultores estruturaram suas organizações defensivas, num esforço que teria sido subestimado pelo próprio governo. Para Morales (1983, p. 73), apesar da heterogeneidade das formas de organização observadas em outubro e a confluência de setores que compartilhavam de diferentes visões estratégicas, num momento em que o que estava em jogo era a defesa do governo e da constitucionalidade, teria havido um *‘acento obrerista’* elevado, o que dificultaria a aliança com outros setores sociais no futuro.

“poder popular” ganharia maior relevância, reascendendo as controvérsias no interior da esquerda e do governo.

A início de novembro, governo e oposição chegam a um acordo mínimo, cujo objetivo declarado era evitar uma guerra civil. Uma das pré-condições da oposição para que a trégua ocorresse foi o estabelecimento de um gabinete composto por militares, com o que Allende consentiu. Assim, o confronto entre direita e esquerda no Chile – após os acontecimentos de outubro, a polarização político-ideológica foi tal, que os dois blocos haviam melhorado sua capacidade de organização e mobilização, e a margem de negociação tornava-se praticamente nula – voltava a enquadrar-se em marcos institucionais¹⁵, tendo em vista as eleições legislativas de março de 1973. À oposição interessava obter dois terços dos sufrágios para destituir Allende constitucionalmente.

A partir de então, o governo optou por não realizar grandes mudanças na área econômica, a fim de evitar que ocorressem oscilações ainda mais bruscas, num contexto de ausência de uma política econômica alternativa global e coerente (BITAR, 1980, p. 236-7). Logo, os dois principais critérios orientadores das decisões econômicas teriam sido puramente defensivos: impedir uma maior disparada da inflação e evitar uma maior deterioração dos salários (idem, p. 230). Entretanto, o quadro econômico voltaria a se agravar. A produção industrial teve queda de 10,5% no primeiro semestre de 1973 em relação ao mesmo período de 1972, com o crescimento do déficit fiscal e da APS. A inflação continuava crescendo¹⁶ e, para piorar, o governo não obteve êxito na tentativa de adiantar os reajustes salariais, o que agravou ainda mais o quadro de deterioração dos salários (ibidem, p. 236). A essa altura, já estava claro que todos os ganhos econômicos obtidos pelos trabalhadores assalariados ao longo do governo Allende foram perdidos por conta da inflação e que o processo de redistribuição da renda nacional havia sido revertido.

É nesse contexto desfavorável para a UP que ocorrem as eleições parlamentares de março de 1973. O resultado das urnas, contudo, excedeu os

¹⁵ Entretanto, o grau e a variedade das experiências de organização popular que tiveram lugar em outubro, fariam com que tal processo se estranhasse com as forças institucionalizadoras (Morales, 1983, p. 73-4).

¹⁶ Um estudo do Ministério da Fazenda, de março de 1973, havia calculado uma inflação da ordem de 300% para aquele ano e que poderia ser ainda mais elevada, caso não se adotassem novas medidas corretivas (Bitar, 1980, p. 239).

prognósticos mais otimistas do governo¹⁷. Ao todo, a UP conquistou o apoio de 43,39% do eleitorado contra 54,7% dos partidos de oposição agrupados na Confederação Democrática. A votação foi superior àquela que a UP obteve em 1970 por ocasião da eleição de Allende, demonstrando que ao longo desse período, o apoio popular ao governo havia aumentado. O quadro fica ainda mais interessante quando se leva em conta o fato de que nunca no Chile um governo havia alcançado maior apoio nas eleições parlamentares do que nas presidenciais.

Contudo, o impasse persistia. Allende não poderia ser legalmente removido da presidência pela oposição e, ao mesmo tempo, a UP permanecia em minoria nas duas casas legislativas, o que significava a continuação do embargo do Congresso ao Executivo. Para que a contenda pudesse ser resolvida de maneira constitucional seria preciso esperar até as eleições presidenciais de 1976, o que evidentemente as classes dominantes, parte das classes médias e da alta oficialidade militar não estavam dispostas a aceitar. Assim, parecia ficar claro (leitura feita por diversos setores de direita e de esquerda) que somente uma saída extrainstitucional poderia pôr fim a tal impasse.

Em finais de junho ocorre uma tentativa frustrada de golpe, perpetrada por uma unidade do Exército em Santiago. No mês seguinte, a violência terrorista por parte da direita atingia níveis sem precedentes. Foram realizados 140 atentados, inclusive com o assassinato de um membro do governo. Concomitantemente, desencadeou-se uma onda de greves envolvendo estudantes e transportadores, e o motivo das paralisações não se justificava mais em função de reivindicações gremiais; o que se exigia era a renúncia do Presidente e a intervenção imediata das Forças Armadas. Ocorreram prisões e torturas na Marinha contra cerca de cem marinheiros de várias unidades, que proferiam ideias consideradas de esquerda e denunciavam preparativos para um golpe militar (HARNECKER, 1998, p. 38).

¹⁷ Segundo Bitar (1980, p. 240-1), a hipótese corrente nos meios políticos era a de uma correlação direta entre a qualidade da conjuntura econômica e o resultado das urnas. A explicação para o surpreendente apoio obtido pela UP estaria na maior organização e conscientização política dos trabalhadores, desenvolvida durante suas próprias lutas. De acordo com Harnecker (1998, p. 39), as expectativas pró-UP mais otimistas esperavam um apoio eleitoral em torno de 40%. Um episódio sintomático dessa conjuntura política e que se tornou famosa nos meios da esquerda teve lugar numa manifestação popular perante Allende, na qual se via um operário carregar um grande cartaz com os dizeres: “Este é um governo de merda, mas é *meu* governo” (Bitar, 1980, p. 241).

Com a renúncia do Comandante-em-Chefe do Exército, General Carlos Prats – obtida após longo período de pressão de setores golpistas civis e militares – no mês de Agosto, caía uma das poucas figuras do alto escalão militar chileno ainda comprometidas, àquela altura, com a defesa da legalidade constitucional¹⁸. Em seu lugar assumiu o General Augusto Pinochet, declarando-se comprometido com a mesma doutrina de seu antecessor. Em 11 de setembro, data em que o governo pretendia tornar públicas suas intenções de convocar um plebiscito visando pôr fim à querela político-institucional com o Parlamento, ocorria o golpe. Houve poucos e desarticulados focos de resistência armada nos quartéis e em alguns Cordões Industriais, rapidamente afastados pelas Forças Armadas. Uma junta de governo, composta por militares e tendo à frente o General Pinochet, assumia o governo.

Não são poucas as leituras feitas que, debruçando-se sobre a experiência chilena, abordam o tema da “crise política” durante o governo Allende, a partir de matizes políticos e teóricos os mais diversos. Acreditamos que, sob a UP, o Chile vivenciou uma crise política que antecedeu qualquer crise econômica que lhe fosse precedente (POULANTZAS, 1977a, p. 11). O conceito de crise política, aqui mobilizado, diz respeito basicamente a uma série de modificações substanciais das relações de forças da luta de classes. Tal crise é também uma crise do Estado (e de seus aparelhos), mas não se resume a uma crise de Estado, no sentido de que é antes de tudo uma crise de hegemonia/crise orgânica (em termos gramscianos) ou crise estrutural. A crise política engendra sempre uma crise ideológica, elemento que a constitui (idem, p. 10-3). Nesse caso, a crise política não se restringiu a uma crise de governo ou de regime, uma vez que colocou em questão a própria reprodução ampliada das relações de classe no interior daquela formação social.

Isso não significa desconhecer ou negar elementos “econômicos” próprios à realidade chilena do período 1970-1973, ou seja, a existência de mecanismos efetivos de mercado tais como as pressões inflacionárias, possuidores de uma dinâmica interna própria e relativamente autônoma. Também é certo que a crise econômica teve influência sobre a crise política, propriamente dita. Todavia, num contexto de larga crise política de hegemonia

¹⁸ Havia no Chile um forte ideário de não intervenção das Forças Armadas em questões políticas e de subordinação ao poder civil. O General Prats e seu antecessor René Schneider, eram figuras identificadas com esse ideário. Schneider foi assassinado numa tentativa frustrada de sequestro perpetrada por setores golpistas das Forças Armadas em conluio com a CIA às vésperas da posse de Allende, e Prats foi morto num violento atentado a bomba em Buenos Aires, em 1974.

das classes dominantes, com respectiva ascensão da luta de classes e mobilização política dos setores dominados, todas as dimensões da realidade social, incluindo a econômica, sofreriam uma politização intensa¹⁹.

Logo, pensamos que a dialética entre as crises econômica, política e ideológica que tiveram lugar na sociedade chilena poderiam ser bem captadas, do ponto de vista da análise teórica, a partir do conceito de “complexidade estrutural” oriundo do marxismo althusseriano²⁰. Daí a pertinência de se pensar que os diferentes níveis da totalidade social comportam temporalidades diferenciais e que de sua dinâmica no interior dessa totalidade complexa, possam emergir relações de sobreposição (o político sobre o econômico) ou de defasagem (não correspondência entre o político e o econômico, etc.) desses níveis, numa determinada conjuntura concreta. Somente tendo em conta uma crise política orgânica ampla, que atravessa toda a realidade social é que se pode compreender de forma adequada a “crise da democracia” chilena, outro tema recorrente nas muitas publicações sobre o período, e ao qual nos dedicaremos a seguir.

Democracia *versus* socialização: o caso chileno

A discussão acerca do significado da moderna noção de democracia é tão extensa quanto o próprio uso do termo. Nas últimas décadas, contudo, pôde-se observar no mundo ocidental uma característica político-ideológica bastante paradoxal: todos passaram a se considerar democratas. Isso ocorreu, em

¹⁹ Arturo León e José Serra (1978, p. 55-7) defenderam a tese de que o fator propriamente econômico que mais contribuiu para a crise econômica foi a desmesurada elevação da renda de praticamente todos os setores da população durante o primeiro ano do governo popular. Por esse motivo, teria havido um fortíssimo aumento da demanda que não pôde ser satisfeita mesmo com a elevação da produtividade no setor industrial o que explicaria, em grande medida, a vigorosa escalada inflacionária que teve início a partir de 1972. Todavia, afirmaram que os principais problemas que afetaram a economia chilena tiveram como causa fundamental as represálias dos setores sociais que se opunham à UP. Sérgio Bitar também deu grande enfoque aos problemas econômicos que tiveram lugar durante o governo Allende, e mesmo apontando o que teriam sido erros e insuficiências na condução econômica, afirmou que os fenômenos econômicos eram apenas uma manifestação da luta político-social (BITAR, 1980, p. 191).

²⁰ “Cuando se introdujo este concepto de la complejidad estructural, se trataba de la complejidad de la estructura social global, en cuanto en ella se articulaban varios niveles relativamente autónomos” (BALIBAR, 2010, p. 235).

parte, graças a uma drástica redução no elemento de participação popular contido na concepção original (grega) de democracia (FINLEY, 1988, p. 11).

Feita tal consideração e antes de avançarmos no nosso debate é necessário pontuar que a “democracia” (enquanto regime político) não se sustenta no ar de modo que, para compreendê-la, é preciso vasculhar seus fundamentos mais profundos e ocultos. Logo, compartilhamos da opinião de Saes (1998, p. 17), para quem as análises teóricas que desvinculam a chamada “democracia política” da questão do Estado burguês perdem de vista o fundamental, a saber, a dimensão desse Estado enquanto estrutura jurídico-política de tipo particular. Em suma, toda forma de regime político é condicionada por uma estrutura estatal que lhe confere seus traços e conteúdos fundamentais. Enquanto forma e estrutura política especializada, o Estado burguês constitui um momento específico da sociedade de classes, sendo que sua “separação” em relação a essa mesma sociedade deve ser entendida a partir da manutenção da dominação política burguesa a longo prazo²¹.

Afirmar que o Estado burguês condiciona a democracia não implica, entretanto, afirmar que a democracia burguesa corresponde a uma forma finalmente encontrada pela burguesia para manter seu domínio. Na verdade, a democracia (forma de Estado condicionante de um regime democrático) não corresponde por inteiro nem ao interesse das classes dominantes, tampouco ao das classes dominadas; ambas as classes se veem obrigadas a fazer concessões (SAES, 1998, p. 155). Em suma, foram as lutas de classes (em condições sempre desfavoráveis às classes populares) que forjaram a democracia moderna, fazendo com que a burguesia e demais classes e frações aliadas se vissem obrigadas, dependendo da conjuntura concreta, a realizar “concessões” políticas às classes exploradas e dominadas. A conquista, ao longo dos séculos XIX e XX, do direito ao sufrágio universal pelas classes populares constitui o exemplo mais eloquente a esse respeito²².

²¹ Foi Nicos Poulantzas, a partir da obra *Poder político e classes sociais* (1968), quem primeiro elaborou teórica e sistematicamente a problemática da autonomia relativa do Estado capitalista. Para Poulantzas, o Estado capitalista possui a capacidade de atender, dependendo da conjuntura concreta, determinadas demandas das classes dominadas à revelia das classes e frações dominantes, sem deixar de estar a elas politicamente sujeito. Tal Estado tem o papel primordial de organizar os interesses políticos das classes e frações de classe dominantes (que compõem o “bloco no poder”), mesmo tendo em vista seus conflitos internos. Ao organizar os interesses das classes e frações dominantes, desorganiza politicamente as classes dominadas.

²² Fazendo uma breve análise da formação da democracia burguesa no século XIX, na sua relação com a luta das massas populares, Saes afirma: “O que, nesse momento, move as massas

Ademais, como se sabe, “liberalismo” e “democracia” (enquanto expansão e universalização do sufrágio e direitos políticos correlatos) não são sinônimos e, historicamente, sua relação foi bastante conflituosa (BOBBIO, 2005, p. 7-8; 37). Assim, parece haver uma forte incongruência entre participação política popular (democrática) ativa e liberalismo, de modo que a tendência seja de prevalectimento de um dos polos dessa equação em detrimento do outro. A experiência chilena deu mostras significativas a esse respeito.

É interessante notar que, no Chile, a propaganda ideológica promovida pelos setores oposicionistas contra o governo Allende tocava sempre no tema do “totalitarismo”, de modo a inferir que o governo da UP agia fora da legalidade democrática. Numa ação redigida pela Câmara dos Deputados três semanas antes do Golpe de Estado, se acusava o governo de tolerar e fomentar:

(...) organismos que son sediciosos, porque ejercen una autoridad que ni la Constitución ni la ley otorgan, con manifesta violación de lo dispuesto en el art. 10, n° 16, de la Carta Fundamental, como por ejemplo, los Comandos Comunales, los Consejos Campesinos, los Comités de Vigilancia, las JAP, etc., destinados todos a crear el mal llamado “Poder Popular”, cuyo fin es substituir los poderes legitimamente constituidos y servir de base a la dictadura totalitaria, hechos que han sido públicamente reconocidos por el Presidente de la República en su último Mensaje Presidencial y por todos los teóricos y medios de comunicación oficialista. (In: URZÚA VALENZUELA, 1992, p. 681).

populares não é a aspiração ao sufrágio universal, à representação popular, ao Parlamento, e sim a aspiração à distribuição da riqueza material. A ideologia que as empurra para a ação não é, portanto, o democratismo republicano, e sim o igualitarismo socioeconômico, de cunho material” (SAES, 1998, p. 155). Como lembra Marx n’O 18 *Brumário de Luís Bonaparte*, quando lutou de armas na mão para derrubar a decadente monarquia de Luís Filipe (representante da grande burguesia financeira, industrial e comercial), o proletariado parisiense desejava instaurar uma “república social” e a burguesia, em seu conjunto, nada queria conceder-lhe além de uma república burguesa (“democrática”) baseada no sufrágio universal (MARX, 1977, p. 24-5). Isso não significa, todavia, que as transformações democráticas do Estado burguês tenham correspondido *pari passu* às aspirações da burguesia, uma vez que a intenção desta, após suplantar o domínio da aristocracia não era instaurar uma igualdade política formal, mas sim uma nova desigualdade política formal, que favorecesse o conjunto das classes proprietárias e desfavorecesse o conjunto das classes trabalhadoras (SAES, 1988, p. 158).

Portanto, as próprias organizações que conformavam o “poder popular” estariam em flagrante contradição com a institucionalidade democrática, uma vez que constituíam os embriões de uma “ditadura totalitária” (URZÚA VALENZUELA, 1992, p. 681). Esses poderes paralelos, permitidos e amparados pelo governo, além de ilegítimos, representariam um gravíssimo perigo à nação, pois ameaçavam destruir os elementos essenciais da institucionalidade e do “Estado de direito”. A tais afirmações, Allende respondeu que seu governo havia sido o mais democrático da história chilena, e que seu objetivo era desenvolver a democracia e o Estado de direito até suas últimas consequências (idem, p. 682). Fora do Parlamento, as massivas campanhas publicitárias da direita também invocavam constantemente o tema do perigo totalitário, ao qual se vinculavam reiteradas denúncias de ataques à propriedade privada²³ (AGGIO, 1993, p. 141).

Não há dúvidas de que, no período do governo da UP, o Chile experimentou o maior grau de mobilização político-popular de toda sua história. Logo, resta-nos questionar se a democracia (entenda-se, burguesa) é capaz de se sair bem em contextos de mobilização popular contínua. Com isso, queremos afirmar que a participação e mobilização popular além de não constituírem pré-requisitos necessários para o funcionamento estável da democracia liberal-burguesa, não são desejáveis para se alcançar tal fim e, portanto, devem ser evitados. Se, por outro lado, entendermos democracia enquanto sinônimo de “participação política”, como fazem os teóricos da democracia participativa²⁴, então temos que a democracia liberal-burguesa não é democrática.

²³ O editorial do principal jornal do Chile, *El Mercurio*, em 15 de outubro de 1972, no auge da paralisação patronal, incitava claramente os militares à subversão contra o governo em nome da manutenção da legalidade. O argumento é bastante engenhoso: “(...) si la legalidad está siendo usada para sacar al país de los quicios constitucionales y para implantar la dictadura del proletariado en forma paulatina, se daría la paradoja de que los actuales defensores del orden público (es decir, las fuerzas armadas) estarían del lado de la revolución marxista – esto es, por definición, contra el orden vigente – mientras que los que desobecen a esa autoridad revolucionaria estarían del lado del orden público y de las garantías constitucionales” (In: HARNECKER, 1998, p. 38). O jornal em questão era controlado por um dos maiores grupos econômicos do país, possuidor de estreitas relações com Washington.

²⁴ Influenciados pelos movimentos estudantis contestatórios dos anos 1960 que receberiam a alcunha de “nova esquerda”, os teóricos da democracia participativa propunham uma crítica ao modelo teórico elitista que combatia a participação política popular ao afirmar que esta seria incompatível com um regime democrático estável. De modo geral, os teóricos da participação defendiam a ideia de que a participação política do cidadão comum é boa em si mesma, na

Seria possível ainda que algum defensor do paradigma liberal-burguês de democracia objetasse que tal regime seja sim compatível com a participação popular, desde que essa não se constituísse, por influência de forças políticas externas não dispostas a respeitar as regras do jogo democrático (como partidos marxistas, por exemplo), numa força “totalitária”. Assim, o perigo totalitário estaria sempre presente e esse argumento poderia levar democratas liberais convictos a crerem que a democracia deve ser “tutelada” de alguma maneira, argumento em nada estranho à doutrina liberal²⁵. Em suma, poderia ser necessário proteger o povo de seus próprios equívocos.

Indo além, se considerarmos o “totalitarismo” enquanto uma noção genérica para designar formas de ataque à propriedade privada (e essa foi a regra observada nos ataques político-ideológicos dirigidos pelos setores pró-capitalistas à UP), então a mobilização política teria de estar necessariamente vedada a amplos setores populares, uma vez que: “A aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (...) em suma, um invariante ideológico das classes dominadas” (SAES, 1998, p. 155). Com isso, não é nossa intenção afirmar que as classes dominadas, invariavelmente, organizarão seus interesses no sentido de pleitear uma distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida, o que só pode, evidentemente, ser observado em conjunturas específicas a depender, fundamentalmente, do nível da luta de

medida em que contém um elemento educativo que o move ao mesmo tempo em que o capacita a tomar parte em questões políticas relevantes. Ao fazer abstração da questão das classes, tais teorias não rompem com a tradição do pensamento liberal e, tampouco, são capazes de problematizar os fundamentos políticos basilares das sociedades capitalistas.

²⁵ O primeiro modelo teórico bem sistematizado da democracia liberal – aquele da “democracia protetora” – desenvolvido a partir da primeira quadra do século XIX, visando garantir a igualdade dos indivíduos adultos masculinos em sufragar, ao mesmo tempo em que criava salvaguardas para proteger os “frutos do trabalho” (riqueza e propriedade como condicionantes da felicidade individual), e que está na base da doutrina utilitarista é um bom exemplo a esse respeito (MACPHERSON, 1978, p. 30-3). Sem embargo, grande parte do esforço realizado pelos teóricos da democracia liberal, por volta dos dois últimos séculos, foi o de equacionar a relação entre democracia (sufrágio igualitário) e propriedade privada. Como destaca Ellen Wood: “A própria condição que torna possível definir a democracia como se faz nas sociedades liberais capitalistas modernas é a separação da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático” (2011, p. 202). A partir daí, pode-se até mesmo invocar a “democracia” em defesa da redução dos direitos democráticos (idem).

classes. Todavia, esse é um risco político ao qual as classes dominantes estão potencialmente sujeitas.

Não por acaso, pôde-se observar que no Chile a “crise da democracia” apresentou correlação com os intentos de regulação via reforma e, posteriormente, com a tentativa de socialização da propriedade privada. A esse respeito, Gómez Leyton assinala a insuficiência da maioria das análises acadêmicas que procuram explicar a crise do sistema político chileno a partir da crise dos partidos e que usualmente atribuem tal crise ao papel deficitário desempenhado pelo “centro” político. Dentro de tal perspectiva, prevalecem duas grandes linhas: uma delas destaca a aguda polarização partidária (direita-esquerda) sob o governo da UP como causa de tal crise; a outra sustenta que sua razão principal foi a não participação de um “centro pragmático” no poder, o que teria permitido certa acomodação política e evitado a polarização entre dois extremos. Em ambas as teses:

(...) subyace la idea de que la destrucción del régimen democrático nacional se habría evitado si tanto los partidos de la UP como la Democracia Cristiana hubiesen flexibilizado sus posiciones en función no de sus proyectos históricos sino de la continuidad misma del régimen democrático (GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 173).

Tais visões exerceriam efeito sobre a esquerda chilena, que deveria passar a abrir mão de suas utopias políticas e históricas em detrimento da formação de alianças políticas amplas e duradouras (GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 174). Isso ajuda a explicar a mutação ideológica e política dos partidos de esquerda no contexto pós-redemocratização (1990 em diante), que deveria ter como pano de fundo a aceitação tácita do casamento entre democracia liberal e capitalismo (CORVALÁN MÁRQUES *apud* GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 174). Para o autor, o profundo e intenso processo de democratização posto em marcha a partir da segunda metade dos anos 1960 (com as reformas econômico-sociais promovidas pelo PDC) e aprofundadas pela UP deu lugar a uma profunda crise do Estado, a uma crise orgânica da sociedade capitalista chilena. Com efeito, o grande conflito político-ideológico que teve lugar durante aquele período até a derrocada da UP – guardadas é claro as devidas diferenças entre os governos Frei e Allende – se deu em torno do tema da propriedade privada e de sua “democratização” (GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 175).

Historicamente, a democracia burguesa como regime político e forma de organização do Estado burguês (democrático), quando não se mostrou funcional à dominação dos dominantes foi descartada e substituída por regimes de exceção. No contexto latino-americano contemporâneo à vigência da “via chilena”, foram as ditaduras militares que deram expressão a tais regimes. Mesmo no Chile, país por muitos considerado à época como “modelo democrático” para a América Latina e possuidor de Forças Armadas “obedientes” ao poder civil, essa tendência se veria confirmada.

Referências:

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Unesp, 1993.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANGELL, Alan. Mobilização política e alianças de classes no Chile, de 1970 a 1973. **Análise social**, Lisboa, vol. 13, p. 273-318, 1977.

BALIBAR, Étienne. “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Para leer el capital**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 2010.

BITAR, Sérgio. **Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BORGES, Elisa de Campos. **¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno! Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende**. 2011. (250 f.). Tese de Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

CASTELLS, Manuel. **La lucha de clases en Chile**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974.

FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016

GARCÉS, Joan. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GARCÍA BARZELATTO, Ana María; URZÚA VALENUELA, Germán.
Diagnóstico de la burocracia chilena (1818-1969). Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1971.

GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos. “Democracia versus propiedad privada. Los orígenes político-jurídicos de la dictadura militar chilena”. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia reciente de América Latina. Nuevas formas de protesta social y de emergencia de sujetos sociales**. Buenos Aires: FLACSO, 2006.

HARNECKER, Marta. Los tres años del gobierno popular de Salvador Allende. **Encuentro XXI**, Santiago, n. 13, p. 34-41, 1998.

LEÓN, Arturo; SERRA, José. **La redistribución del ingreso en Chile durante el gobierno de la Unidad Popular. Éxito y frustración**. Santiago: FLACSO, 1978.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORALES, Eduardo. **Los sectores populares en el periodo 1970-1973**. Santiago: FLACSO, 1983.

POULANTZAS, Nicos. “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: IFCH UNICAMP, 2 ed., 1998.

UNIDAD POPULAR. **Programa de la Unidad Popular**. Disponível em: <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 05 de março de 2017(a).

UNIDAD POPULAR (Comité Político Nacional de la UP). **Declaración de la Unidad Popular sobre los resultados de las elecciones de regidores**. Disponível em: <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 05 de março de 2017(b).

URZÚA VALENZUELA, Germán. **Historia política de Chile y su evolución electoral (desde 1810 a 1992)**. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1992.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Resumo:

Democracia e crise política no Chile de Allende

O presente texto está dividido em duas partes principais. Na primeira, propomos uma leitura da crise política no Chile durante o governo da Unidade Popular (1970-1973), a partir de uma abordagem centrada nas lutas de classes. Para isso, traçamos um breve panorama geral do período, no qual procuramos captar e problematizar alguns aspectos centrais daquela experiência, sobretudo de ordem econômica e política. Já na segunda parte, tratamos da temática da democracia liberal e seus limites, da relação entre regime político e Estado capitalista, também a partir de um olhar sobre a experiência chilena e seu trágico desfecho.

Palavras-chave: Democracia. Transição socialista. Crise política. Unidade Popular. Chile.

Abstract:

Democracy and political crisis during the Allende government in Chile

This paper is divided into two main parts. In the first part, it is proposed a reading of the political crisis in Chile during the Popular Unity government (1970-1973), focusing on the class conflict. In order to accomplish it, it is exposed a brief overview of the period, in which it is sought to capture and discuss some main aspects of such experience, especially the economical and political ones. In the second part of the paper, they are discussed the issue of liberal democracy and its limits, the relationship between the political regime and the capitalist State, also from the view of the Chilean experience and its tragic outcome.

Key words: Democracy. Socialist transition. Political crisis. Popular Unity. Chile.